

XXIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
Outubro de 1999

TÍTULO DO TRABALHO:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, IDENTIFICAÇÃO E
CIDADANIA NOS MEDIA
Sexualidade nas novelas e violência nos jornais

GT 08 MÍDIA, OPINIÃO PÚBLICA E ELEIÇÕES

SESSÃO 1 – Cultura Política

LÍLIA MARIA JUNQUEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, IDENTIFICAÇÃO E CIDADANIA NOS MEDIA

Sexualidade nas novelas e violência nos jornais

(Texto apresentado no XXIII encontro anual da ANPOCS, GT Mídia e Opinião Pública, outubro/1999)

Lília Junqueira¹

RESUMO: Este texto apresenta o resultado de uma investigação das disputas simbólicas que ocorrem no campo de confluência das representações sociais apresentadas pelos media e os processos de identificação social das pessoas em suas camadas de consumo. O artigo visa chamar a atenção para a complexidade dos mecanismos de gerenciamento das representações, valores e atributos feitos pelos media. A ação representacional dos media dentro desta complexidade do conteúdo das mensagens comporta uma gradação que vai do sentido do controle, até o sentido de uma abertura para o surgimento de novas identificações. Por outro lado, pretende-se chamar a atenção para a complexidade dos mecanismos interpretativos do público, que por sua vez também comporta uma gradação que vai desde a imersão nos simulacros sem nenhuma resistência, até o questionamento subjetivo da realidade apresentada, interpretando as mensagens por códigos próprios ou aleatórios.

O desenvolvimento do individualismo na sociedade ocidental trouxe a crise da política tradicional. As explicações de ordem racional para o consenso e o conflito eram mais fortes e menos questionáveis que as de ordem subjetiva. Hoje, estes fenômenos não podem ser entendidos sem referências à dimensão do irracional. A sociedade civil substituiu o povo² e nela passaram a ter lugar inusitados processos de aliança ou desligamento dentro do campo denominado “o político”, visto como um campo mais amplo que aquele estritamente ligado aos mecanismos da política. Com efeito, as novas disputas se concentram cada vez menos no campo delimitado das práticas especificamente políticas e cada vez mais uma superposição dos campos político, cultural e tecnológico.

Os media absorveram o campo da política. Questões, valores e temas ligados a todos os níveis da sociedade e não mais aqueles restritos ao âmbito da ação do (ou pelo) poder

¹ Doutora em Sociologia pela Université ParisVII – Denis-Diderot e professora adjunto do Programa de pós-graduação em sociologia da UFPE.

² CANCLÍNI, Nestor Garcia. (1995), *Consumidores e cidadãos, conflitos multiculturais da globalização*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

político e econômico, passaram a ser imbuídas de sentido e natureza política. O alinhamento político passou a se dar em torno de questões que não são as de classe: como o aborto, a etnia, a sexualidade ou a violência.

A identidade do sujeito social e político foi totalmente deslocada de suas referências espaço-temporais (sua história e seu lugar de origem) para fazer face a mundialização de referências, modelos estrangeiros, modelos do passado, interatividade e outras formas de convivência. A categoria psico-analítica da identificação passou a ser utilizada para explicar a construção ou re-construção do sujeito político. Como nos explica Mouffe, as identidades não são mais entidades substanciais completas e bem definidas como foram pensadas no iluminismo. Elas estão em constante processo de construção:

“ Se aceitarmos que todas as identidades são relacionais e que a condição de existência de qualquer identidade é a afirmação de uma diferença, determinação de um ‘outro’ que desempenhará o papel de ‘elemento externo construtivo’, torna-se possível compreender a forma como surgem os antagonismos. No domínio das identificações coletivas, onde o que está em causa é a criação de um ‘nós’ pela delimitação de um ‘eles’, existe sempre a possibilidade de esta relação nós/eles se transformar numa relação do tipo amigo/inimigo; por outras palavras, pode sempre tornar-se política...”

Conseqüentemente ocorre um processo de politização do social e uma proliferação de identidades políticas particularistas. O papel dos meios de comunicação de massa neste processo é fundamental já que eles se transformaram na maior instituição geradora de representações sociais e adquiriram com o tempo uma dimensão global. Os temas e questões em torno dos quais se dá o alinhamento político estão sendo amplamente tratados nos media em cada um dos seus veículos, de formas diferenciadas, dialogando com públicos diferenciados.

A forma como se dão as identificações constitutivas das novas identidades políticas estão mediatizadas pelos media. Estas formas estão apenas começando a ser estudadas e o mistério a seu respeito deu origem ao atual debate nas ciências sociais e na ciência política sobre o papel dos media na construção das identidades políticas. De um lado alinham-se os que acreditam nos media como um campo aberto ao surgimento da novidade e ao florescimento das formas políticas alternativas. Para eles os media seriam uma parte de um

novo espaço público tendendo a uma pluralidade democrática. Autores como Wolton e Costa³ são partidários desta posição, utilizando argumentos que se constroem a partir do exterior, ou seja, da constatação de uma maior distribuição da propriedade dos veículos e não do conteúdo de suas mensagens. Alexander⁴ faz referências às novas categorias e temas sugeridos por Mouffe como parte do processo de identificação sublinhando seu caráter ancestral e mítico, mas parece permanecer na posição (embora não trate diretamente do assunto) segundo a qual a nova função política principal dos media é transmitir novos problemas construídos pelos movimentos sociais particularistas ao conjunto da sociedade civil. Segundo ele há um “*núcleo cultural das sociedades civis que proporciona metalinguagens adotadas pelos que aspiram participar dela... Sua estrutura compõe-se de antinomias que definem atributos positivos muito valorizados a atributos negativos de elevada impureza. Juntas, essas antinomias definem motivações, relações e instituições legitimadoras da inclusão e exclusão social*”. Tais antinomias podem ser perfeitamente aplicadas ao tratamento das questões surgidas na sociedade civil pelos media, principalmente a televisão, e aos processos de identificação sócio-política, como veremos mais adiante.

Do outro lado da questão sobre o papel político dos media, alinham-se os críticos formados na linha marxista segundo os quais os media permanecem exercendo controle social e ditando para a sociedade civil as respostas aos problemas institucionalmente definidos, seja pelo Estado, seja pelas empresas, mesmo reconhecendo o caráter subjetivo do mecanismo das identificações. Podemos citar como exemplo os trabalhos de Lima e Jameson⁵:

³ WOLTON, Dominique . (1990), *Eloge du grand public, une théorie critique de la télévision*, Flammarion, Paris.

COSTA, Sérgio. (1996), “Contextos da construção do espaço público no Brasil”. XX Encontro da Anpocs, GT 2 – Cultura e Política.

⁴ ALEXANDER, Jeffrey C. (1998), “Ação coletiva, cultura e sociedade civil – secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13, 17: 5-31.

⁵ JAMESON, Fredric. (1997), *Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo, Ática, pg. 348.

“...Na consciência de grupo pós-moderna, os jornais e os noticiários das mídias em geral de algum modo realmente pertencem ao que é agora uma nova (e poderosa) unidade social por sua própria conta, um ator coletivo na cena histórica, temido pelos políticos e tolerado pelo ‘público’, ostentando seu rosto bem conhecido e, em sua estrutura antropomórfica, virtualmente um ser humano (ainda que sem muita profundidade, mesmo como personagem de uma narrativa)”

Canclíni coloca a questão de outra forma: haveria negociação ou estaríamos presos para sempre nos simulacros ?Buscando lançar luz sobre alguns elementos que ajudarão a recolocar estas questões, apresentamos neste trabalho o resultado de uma investigação das disputas simbólicas que ocorrem no campo de confluência das representações sociais apresentadas pelos media e as representações sociais das pessoas em suas camadas de consumo. Observamos como se dá o mecanismo de identificação do público com as personagens, grupos e posicionamentos políticos apresentados pela televisão e os jornais, estudando as constelações de significados que são criadas, trocadas, abandonadas ou desfeitas. A leitura é feita a partir do conteúdo das mensagens e dos discursos do público. Ela levanta questionamentos sobre a técnica empregada, o tipo de narrativa, o tipo de veículo e sua utilização na abordagem dos problemas da violência e sexualidade da forma como eles são colocados nas novelas e nos jornais. Em seguida estes determinantes são relacionados aos significados e à valorização dos papéis sexuais e da violência, analisando a identificação dos telespectadores entrevistados.

Esta análise mostra que as duas posições do debate sobre o papel político dos media, hoje em voga são verdadeiras, acontecendo simultâneamente e dentro do mesmo veículo. Dependendo do tema abordado: sexualidade ou violência, do tipo de narrativa definidora do programa ou da edição, a identificação aos papéis construídos pelos media pode ser vista como uma absorção por imposição indiretamente institucionalizante e estruturante, ou relativa a uma possibilidade de escolha, a uma abertura para negociação simbólica e surgimento de novos modelos identificatórios. Este artigo visa chamar a atenção para a complexidade dos mecanismos de gerenciamento das representações, valores e atributos

feitos pelos media. A ação representacional dos media dentro desta complexidade do conteúdo das mensagens comporta uma gradação que vai do sentido do controle, até o sentido de uma abertura para o surgimento de novas identificações. Por outro lado, pretende-se chamar a atenção para a complexidade dos mecanismos interpretativos do público, que por sua vez também comporta uma gradação que vai desde a imersão nos simulacros sem nenhuma resistência, até o questionamento subjetivo da realidade apresentada, interpretando as mensagens por códigos próprios ou aleatórios.

1. Identificação e Sexualidade na Televisão

Para estudar os valores relativos à sexualidade foi realizada uma análise em profundidade de uma cena de novela. As novelas do horário das 20:45h da Rede Globo são mensagens de ficção de grande audiência e de longa duração. São histórias que giram em torno de relações amorosas e familiares que se desenrolam diariamente ao longo de cerca de 8 meses. Produtos culturais altamente rentáveis para a publicidade e o merchandising, as novelas brasileiras tornaram-se, nos últimos anos um produto de exportação. Por esta razão encontramos nelas representações construídas por referências culturais ao global e ao regional misturadas. Este é um mecanismo típico da produção televisiva latino-americana segundo afirma Canclíni (1995: 144). A novela que definimos como exemplo foi “Renascer” veiculada pela Globo primeiramente em 1993, no horário das 20:45h e em reprise em 1999, no horário das 14:25h.

No estudo sobre a identificação dos telespectadores às personagens portadoras das representações da sexualidade na televisão, observamos num primeiro momento as condições materiais de vida e os valores de jovens telespectadores entre 12 e 20 anos, representando três faixas de consumo na sociedade brasileira, no ano de 1993. Por sua vez, estas faixas foram definidas em função da sua visão de sociedade e de seu nível de consumo. Num segundo momento, alguns destes jovens foram confrontados a uma cena de novela selecionada e responderam a perguntas abertas sobre os temas. Foram feitas, no

total, 206 entrevistas com os telespectadores que agrupamos segundo o nível sócio-econômico, avaliado pelo número de salários mínimos recebido pela família.⁶

As entrevistas foram realizadas nas escolas em São Paulo e Brasília, incluindo alguns meninos e meninas de rua, distribuídos como se segue:

Grupos	Nível de consumo	Nível sócio- econômico em n. de salários mínimos	Número de entrevistas	Cidades
1	A	+ de 40	(A+B) = 64	SP e BSB
	B	30 a 40		
2	C	10 a 30	(C+D) = 85	SP e BSB
	D	3 a 10		
3	E	0 a 3	52	BSB
	Meninos (as) de rua		5	
	Total		206	

a) Mecanismos de transmissão de valores morais pelas novelas

Da mesma maneira como as novelas apresentam uma “estrutura social” onde cada personagem ocupa um lugar determinado na hierarquia social, os valores morais também aparecem nesta escala, encarnados nas personagens através de um processo de “personificação”. A longa duração das novelas e o acompanhamento quotidiano da conduta de cada personagem possibilitam, após um certo tempo, a construção de personalidades definidas e reconhecidas em função de determinados valores, entre os quais os valores morais. Encontramos, assim, uma representação de valores específicos repetidos e reafirmados no comportamento e na ação típica de cada uma das personagens.

Assim como na vida real, a conduta moral das pessoas não é, nas novelas, construída somente sobre a base das ações praticadas por elas. Ela é construída, sobretudo, através da

⁶ Ver a respeito JUNQUEIRA, Lília. (1995), *Le pouvoir du téléspectateur: une étude sur l'interprétation des messages télévisuels qui font les jeunes des classes sociales brésiliennes*. Tese de doutorado. Université Paris VII Denis-Diderot, datilo.

opinião que manifestam as outras personagens sobre estas ações. O discurso e o tratamento que é dado a uma personagem pelas outras que a cercam ao longo da história, são um componente fundamental da imagem moral que ela representa. Assim, se uma personagem merece os elogios de uma outra, cuja personalidade já está afirmada como a de uma pessoa honesta e confiável, o telespectador será levado a acreditar que a primeira é também, uma pessoa confiável e honesta. Este é o mecanismo de personificação dos valores geralmente utilizado, mas existem outros. Por exemplo, quando uma personagem age de modo contrário a seus princípios morais já afirmados e o telespectador é a única testemunha de sua conduta contraditória. Pouco a pouco, uma rede de opiniões e de julgamentos vai sendo tecida no curso dos episódios e o telespectador é convidado a se posicionar a favor ou contra as atitudes e as personagens. Uma personagem que tem uma vida sexual agitada, para quem a fidelidade não tem sentido, poderá ser percebida como uma pessoa correta por uma parte das outras personagens, e como incorreta para o restante. Neste caso, o telespectador tende a escolher seu campo.

Na novela “Renascer”, como é habitual para as novelas que são veiculadas neste horário, o objetivo buscado é criar um leque de valores suficientemente largo para que um máximo de telespectadores possam se identificar a uma ou outra das personagens no plano moral, independente da camada sócio-econômica a qual eles pertençam. Nesse sentido pode-se dizer que o gerenciamento dos valores morais é um dos eixos fundamentais da busca da audiência pela novela, considerada enquanto produto de mídia.

Resumindo, as novelas não apresentam valores morais únicos nem puros, que os telespectadores seriam obrigados a absorver e projetar em suas vidas reais, mas ela coloca em cena uma multiplicidade de valores, personificados em personagens definidas, que podem atingir um nível simples de complexidade ao apresentarem-se de modo contraditório. O importante é que o telespectador tenha um leque de valores diferentes diante de si, de forma que ele possa julgar e se identificar a um ou outro, ou a vários.

b) Descrição da cena

O procedimento de seleção da cena da novela foi considerado secundário. O principal item selecionado é a personagem, de acordo com os valores que se propõe representar. A escolha da cena é feita de acordo com a clareza e a riqueza com que apresenta a significação de determinado valor de sexualidade. A cena escolhida para análise foi retirada do capítulo veiculado inicialmente em 10 de maio de 1993. Ela dura 2 minutos e 20 segundos e confronta as atrizes Patrícia Pilar (Eliana) e Adriana Esteves (Mariana).

Esta cena mostra muito bem as diferenças da vivência sentimental entre as personagens da cidade, entre as quais Eliana encarna um caso extremo, e as da cidade, representadas por Mariana. O discurso e a atitude de Eliana, seus gestos, suas roupas, sua linguagem, compõem um conjunto de características referentes aos valores urbanos. Durante a cena, ela defende efetivamente estes valores, escapando a todo o código moral da comunidade rural na qual ela está temporariamente inserida, e respondendo ao espanto e ao desconforto de Mariana de modo definitivo. Mariana, ao contrário, representa e defende, através de seus gestos, seus traços de caráter e de sua fala, os valores morais rurais. Ela se encarrega de lembrar a Eliana a maneira pela qual as pessoas do campo percebem seu comportamento e de adverti-la sobre os possíveis problemas que o desrespeito às regras sociais pode trazer. Segundo ela, Eliana ignora as exigências sociais quando ela se entrega à descrição dos sentimentos íntimos. A cada uma de suas réplicas, ela responde de forma negativa e tenta trazê-la de volta à realidade.

Eliana tenta sempre justificar no plano psicológico a liberdade que ela busca com relação aos valores morais. Subentende-se de seu discurso que ela necessita satisfazer suas próprias exigências psíquicas para viver bem, ser feliz e se realizar enquanto ser humano. Durante toda a novela ela justificará seus atos utilizando argumentos deste tipo. Mariana, ao contrário, raciocina baseando-se no código da boa conduta moral. A representação da mulher urbana é exagerada e a da camponesa é redutora da realidade. Isto se deve ao “tratamento global” no qual a construção das personagens pela novela assepsa a realidade, ao retirar de cena os elementos anti-estéticos: a feiúra, a sujeira, etc, e em segundo lugar à

limitação dos valores sociais do campo a um moralismo estreito. O telespectador é convidado a tomar o partido de uma ou de outra das mulheres, afirmando assim seus próprios valores ou valores similares aos defendidos pela personagem escolhida. Os telespectadores do grupo 3, por exemplo, não têm valores idênticos aos representados por Mariana, mas pelo menos, valores que se aproximam, devido a própria origem das camadas pobres das grandes regiões urbanas do Brasil, cuja população é composta por migrantes de origem rural.

c) Os valores morais entre os telespectadores

Os julgamentos totalmente favoráveis à conduta da personagem Eliana são raros, mesmo no grupo 1. As diferenças observadas, entre, de um lado os valores do grupo 1 e 2, e de outro, os do grupo 3 não se restringem ao caráter positivo ou negativo do julgamento de Eliana. Estas diferenças foram buscadas nas razões apresentadas pelos entrevistados, para justificar seu julgamento. Observamos a existência da seguinte gradação:

1 – Aceitação incondicional do comportamento de Eliana: Este tipo de julgamento aparece somente em 2% das entrevistas realizadas junto aos grupos 1 e 2 e não aparece no grupo 3.

2 – Aceitação da atitude e dos valores de Eliana, com crítica da sua personalidade: Este tipo de julgamento aparece frequentemente nos grupos 1 e 2, onde ele representa 40% dos jovens da amostra. No grupo 3, encontramos este tipo de comentário somente em 2 das 79 entrevistas.

3 – Condenação de Eliana: Este é o tipo de julgamento mais frequente entre os jovens do grupo 3, onde ele representa 70% das respostas.

Podemos dizer, de forma geral, que os dois primeiros grupos manifestam compreensão ou respeito à personagem, apesar das críticas que são feitas de suas ações. Na maioria dos julgamentos feitos por estes dois grupos de telespectadores, notamos uma oscilação entre duas opiniões dominantes: entre, de um lado, aceitação e respeito incondicionais, sem críticas, e do outro lado, uma crítica moderada pela compreensão dos motivos que conduzem a personagem a agir do modo como ela age, e uma certa tolerância. A base do

juízo, neste caso, é sempre a mesma, ou seja, a aceitação ou a rejeição dos argumentos de ordem pessoal e psicológica apresentados por Eliana para justificar seus atos.

No grupo 3, as razões da aceitação ou da rejeição de Eliana são diferentes daquelas presentes nos dois outros grupos. Em primeiro lugar, os jovens deste grupo atribuem mais valor à ação em si do que aos motivos de ordem psicológica que a sustentam. Em segundo lugar, a razão de sua crítica se baseia, não sobre os argumentos de ordem pessoal ou psicológica apresentados pela personagem, mas sobre um código social determinado, frequentemente fundamentado em preceitos de natureza religiosa.

Percebe-se uma negociação que ocorre no âmbito da interpretação da cena, de forma que o grupo 3 toma o partido da personagem rural enquanto que o grupo 1, o da personagem urbana. Este estudo nos permite confirmar as idéias de Canclíni sobre as representações nos media, segundo a qual a homogeneidade cultural vem sendo substituída, na América latina, por composições de referências globais e locais, rurais e urbanas, tradicionais e modernas. Estas composições se apresentam na forma de um quadro de opção binário por meio do qual o telespectador escolhe entre uma personagem ou outra, entre o bem e mal, o tudo e o nada. Alexander chamou a atenção sobre a mística da duplicidade existente na identificação política.(1998)

A partir destas constatações é possível confirmar a idéia da possibilidade de abertura para expressão das identidades do público nas novelas. A isto soma-se a grande flexibilidade de transformação dos papéis das personagens pelo autor no decorrer da novela, e as amplas pesquisas realizadas dentro da própria programação para fundamentar as "novas identidades" das personagens. O programa "Você Decide" é um exemplo. Nestas pesquisas são seguidos modelos de personalidade pelos telespectadores. O papel do homossexual foi bastante trabalhado nos últimos anos a partir do momento em que o grupo tornou-se um novo filão para o consumo das novelas. Percebe-se um trabalho de adequação das personagens às exigências da audiência: As lésbicas da novela "Torre de Babel" (Globo, 1998) tiveram que ser eliminadas porque não foram aceitas. Na novela seguinte:

“Suave Veneno”(Globo, 1999) o tema da homossexualidade reaparece bem aceito, discutindo problemas específicos do grupo homossexual tais como o relacionamento com os pais. Uálber é a personagem principal, o carro chefe da audiência da novela. Na novela os homossexuais recebem a legitimação de que necessitam no plano sócio-político, a partir da aceitação pública de sua representação na televisão. Por outro lado, estes papéis continuam presos à lógica da duplicidade. As lésbicas desapareceram porque eram “do mal”. Uálber e Edilberto resistem porque são “do bem”. Eliana é do mal e Mariana é do bem, ou vice-versa. O sentido do tratamento tecnológico dado à apresentação das representações é que pode ser eventualmente criticado como gerador de representações ditadas pelo mercado de consumo, embora esta crítica não desafie o potencial das novelas à negociação de símbolos, valores e representações com o público.

2. Representações Sociais de Violência nos Jornais: Os policiais militares de Pernambuco segundo o relato da greve de julho /97 pelos jornais impressos do Estado

O tema da violência tem sido abordado exaustivamente pelos media na atualidade. Comprova este fato a profusão de material informativo sobre o tema, através de imagens, textos, música, etc. No Brasil do plano real tem aumentado o consumo de jornais e aparelhos eletrônicos de comunicação entre as classes de baixo poder aquisitivo. Nos últimos quatro anos foram vendidos 28 milhões de aparelhos de televisão e 6,3 milhões de domicílios adquiriram seu primeiro aparelho de televisão. Em 97 foram vendidos 104 milhões de CDs, fitas cassete e LPs.⁷ A popularização do consumo dos media surge aliada a uma queda na qualidade da programação, passando esta a ser caracterizada por um alto índice de utilização da violência. O objetivo dos media, principalmente a televisão aberta, na utilização constante da violência é antes de mais nada comercial. O indicador do sucesso comercial são os altos índices de audiência que produzem entrada imediata de verba publicitária. A utilização da violência serve, comprovadamente, como uma forma de simplificar o conteúdo das mensagens, já que a simplicidade é um fator fundamental para a obtenção de audiência massiva. A violência também produz alto nível de tensão emocional, o que ,de fato, atrai a atenção sobretudo do numeroso público jovem. Os fatores que levam

os media a explorar a violência são bem conhecidos dos especialistas. O que pouco se estuda são as consequências desta exploração para a sociedade.

O texto que se segue apresenta uma argumentação a favor da existência de um outro mecanismo de utilização da violência pelos media. Este mecanismo é o da construção e transformação de representações dos grupos sociais de consumo. Buscando os objetivos comerciais, os media acabam passando pelos políticos e lançam no mercado, além dos produtos que anunciam, idéias, pensamentos e sentimentos relacionados aos grupos de consumo. Estas representações contribuem para a formação, permanência e/ou transformação da visão de sociedade do público. A leitura das mensagens dos jornais apresentada a seguir é o resultado sucinto de uma observação da forma como foi noticiada a greve dos policiais ocorrida em julho de 1997 pelos jornais de maior circulação no estado de Pernambuco: o Jornal do Comércio e o Diário de Pernambuco. A greve atingiu quase todos os estados brasileiros com consequências importantes para a reorganização das instituições policiais que se seguiu ao seu desenlace. Através do relato dos acontecimentos é possível perceber como o tema da violência é associado, hora à sociedade, hora ao Estado, hora aos policiais, à medida em que os jornais vão modificando a imagem dos policiais que oferecem ao público. Esta capacidade dos jornais e dos meios de comunicação de massa em geral, de lançar uma representação e modificá-la em pequenos períodos de tempo parece ser fundamental na definição dos acontecimentos reais.

Pelo fato de estar no coração da prática contra a violência e na produção da violência legitimada (a posse de armas de fogo lhe confere esse poder), o policial tem um papel social caracterizado por duas contradições: Por um lado, ele tem o poder de exercitar a violência para conter a violência. Por outro, exercita a coerção aos excluídos que são violentos porque impelidos pela miséria da qual ele, policial, também é vítima. Estão, portanto, interligados na questão da greve dos policiais, os conceitos de exclusão social e violência.

⁷ Folha de São Paulo, 12 de abril de 1998, Caderno Mais.

a) Os jornais e a opinião pública

Os media são aqui representados pelos jornais. Para entender o papel social dos jornais é obrigatório citar a clássica questão da formação da opinião pública. Sabe-se, hoje, que não existe uma opinião pública, mas várias, tantas quantos grupos, camadas sócio-econômicas, e elas se expressam através das organizações, das manifestações mais ou menos espontâneas, das pesquisas, das eleições, etc.⁸ Apesar da complexidade crescente da avaliação da influência dos media nas opiniões públicas, os cientistas concordam num ponto: há influência da opinião na medida em que o fato se torna notícia. Cresce o número de pessoas que tomam consciência de um determinado fato. Não é mais possível separar o real de sua representação, os dois se produzem interagindo. Assim, por mais que o jornal se limite à transmissão da informação, ele ajuda os acontecimentos a evoluírem da forma como eles evoluem. A informação, nesta medida, cria realidade. Este é um fato indiscutível, inerente ao trabalho jornalístico, independente de uma discussão sobre a posição que o jornal esteja assumindo no jogo vigente das forças políticas.

Este fato não leva necessariamente à idéia de que os jornais geram violência, mas os jornais noticiam, relatam, representam a violência. Portanto, multiplicam a consciência da violência, o que pode desencadear dois processos ou ambos simultaneamente: O despertar da ação contra a violência, ou a sua banalização. Frequentemente ambos são alcançados pelo mesmo relato dos fatos como ele é produzido e divulgado pelos jornais. O fato noticiado pelo jornal é a representação do fato. Uma representação no sentido positivo, de algo que cria e é criado pelo real. Neste sentido realidade e ficção não se separam. Temos no exemplo da cobertura da greve dos policiais pelos jornais, uma imagem e ao mesmo tempo a elaboração do que foi a greve. Esta imagem nos mostrou três faces da inter-relação entre violência e exclusão social. Estas faces correspondem a três fases do relato pelos jornais do decorrer dos acontecimentos relacionados à greve, que por sua vez, oferecem três representações diferentes da categoria em greve, representações que podem ter ajudado a opinião pública a criar sua própria representação, a reformulá-la no decorrer dos fatos e

⁸ FIGUEIREDO, Rubens.(1996) *O que é opinião pública*. SP, Brasiliense.

finalmente, a se opor radicalmente à ação social dos policiais no momento final, pressionando os poderes públicos e pondo um fim à greve.

b) As fases do relato

1. A fase exploratória : construção de uma imagem da polícia

A greve em Pernambuco iniciou-se no dia 15 de julho e terminou no dia 28 de julho, com uma duração total de 12 dias. A primeira fase vai do dia 1 a 15 de julho. É o período anterior à deflagração da greve. Neste período se concentraram as reportagens exploratórias, tentando dar uma idéia das condições sócio-econômicas em que viviam os policiais. Nestas reportagens apareceram:

- A prática das virações – trabalho extra de segurança em supermercados e o correspondente pouco ou nenhum tempo para a família. Alguns soldados faziam 36 horas de trabalho seguidas e trabalhavam 69% das horas da semana.
- A falta de segurança das famílias – Casas construídas em lugares perigosos, sujeitas a desabamentos, favelas, barracos mal acabados.
- A falta de segurança pessoal – o altíssimo risco de vida no trabalho, e uma pesquisa mostrando que nos últimos 5 anos, 44 soldados morreram em serviço e 327 foram feridos.
- O soldo médio dos soldados na época em Recife: 110 reais.
- O apoio dado pela população à mobilização através de entrevistas feitas na rua. Nestas entrevistas eram freqüentes as expressões, ligadas à figura dos policiais: mobilização justa, função desgastante, de responsabilidade, de risco, salário baixo, de fome.

Nesta primeira fase, os policiais aparecem como indivíduos comuns vivendo no olho do ciclone da violência, excluídos do desenvolvimento social e explorados pela sociedade.

Eles não são mais o forte e seguro “Aparelho Repressivo do Estado” de Althusser. Não representam a eficácia da função de coerção do Estado. São apenas mais um produto social

da miséria nacional, resultado da crise geral do Estado. Esta imagem resulta dos fatos, mas também e principalmente da veiculação dos fatos pelos jornais, reforçando a aceitação e o apoio à greve nas fases seguintes.

2. A segunda fase: as novas manifestações sociais

A segunda fase vai do dia 16 ao dia 23 de julho, quando se concentram os editoriais, sessões de opinião dos jornais a respeito da evolução da greve. Decretada a greve, aparece nos jornais a preocupação das várias instituições e organizações com o destino da cidade. Os policiais constituem uma categoria armada cujos líderes foram presos por indisciplina, estando portanto, revoltados e enraivecidos. A população continua dando apoio com chuvas de papel picado durante as passeatas, das janelas dos prédios, de dentro dos ônibus e carros, e pelos passantes.

No Jornal do Comércio (coluna Jomeri Pontes) os policiais são corruptíveis e violentos porque recebem baixos salários. (Caderno Cidades, 05/07/97) Já se esboça também no JC, por outro lado, o início de uma crítica à categoria, mostrando policiais que bebiam fardados e agrediam a imprensa. As entrevistas com a população mostram que começam a surgir os primeiros insatisfeitos com a situação: A greve é um mau exemplo, assusta as pessoas, o trânsito está impedido. Os PMs erram porque não asseguram os serviços essenciais.

O Diário de Pernambuco continua apontando para a precariedade da condição de vida dos policiais através de uma pesquisa que mostra que dos 13,5 mil cabos e soldados, 3,5 mil moram em áreas de risco. Relata a emoção nas manifestações através das manchetes: “soldados choram” quando chamados à ordem, mostrando a inocência que permeia a manifestação. Neste período sai a reportagem da Folha de São Paulo mostrando que eles aprenderam a fazer greve com os adversários. Aparecem também as ONGs pedindo abertamente o fim do impasse. Esta fase nos dá uma representação dos policiais contida na imagem bastante clara da nova natureza das manifestações sociais: Estas colocam o Estado

contra o Estado, policéfalas, desgovernadas, inexperientes, e acima de tudo: apontam para a inocência dos atores sociais em questão. (Stumpf, André Gustavo, “Começar e Terminar” Diário de Pernambuco, caderno Vida Urbana, 18/07/97) Prova disso é que a população, os partidos de esquerda e as ONGs nunca se posicionam abertamente contra os policiais, mas sim contra o governo Arraes.

É a imagem da crise da representação política. A briga opõe Estado e sociedade e iguala policiais e bandidos. Nesta imagem os policiais param porque têm fome. Os bandidos roubam porque têm fome. Ambos são inocentes. O culpado é o Estado, gerador da miséria que é motor de tudo isso. No meio do processo de redefinição das competências institucionais no Brasil globalizado, persiste o vazio. A greve e o relato da greve mostram também como, no terceiro time da globalização, do qual o Brasil faz parte, as redes de solidariedade e as formas alternativas ou a micro-política que começa a surgir não acompanham ainda o vazio da ética da regulação. Estas novas formas de ação popular não alcançam a profundidade da catástrofe que começa a se manifestar como aconteceu na terceira fase da greve.

3 – A terceira fase : “é melhor não sair de casa”

A terceira fase vai do dia 24 a 31 de julho, período de esgotamento e término da greve (dia 28). Neste período as manchetes estão repletas de palavras como: pânico, insegurança, terror, assaltos, mortes, prejuízo no comércio, consultórios reduzindo o atendimento, falta às aulas, saques, baderna, roubos, estupros, depredações. Surgem editoriais conclamando os grevistas a voltarem ao trabalho, e a população a não sair de casa. A população quer o fim da greve. O nome dos policiais passa a ser ligado aos adjetivos “indisciplinados”, mas nunca irresponsáveis, porque são considerados inocentes. Aparecem os pilares da corporação: disciplina e hierarquia, que teriam sido quebrados pelos policiais. Aparecem também as possíveis punições aplicáveis: por abandono de posto, deserção e motim. Enquanto isso, em Brasília, estuda-se a desmilitarização como mudança da estrutura policial. E a polícia aparece como tendo sido “letalmente ferida” nessa greve.

Curiosamente são os media em conjunto que convidam a população a ficar em casa. A paralisação deixou vir à tona o que parece estar latente na sociedade global individualizada – a barbárie. O relato da greve contribuiu muito para esta percepção, através de artigos e imagens: a foto de capa do JC do dia 24/07 apresenta o antebraço decepado e sanguinolento jogado sobre o asfalto de um indivíduo que o teria perdido durante um assalto.

Percebe-se a mudança progressiva da imagem da categoria dos policiais no decorrer dos acontecimentos ligados à greve. Na primeira fase toda violência é atribuída ao Estado, gerador das dificuldades na vida dos policiais, causadoras da greve. Na segunda fase, aumenta a “cota de violência” na composição da representação da categoria dos policiais e diminui progressivamente a atribuída ao Estado. Na terceira fase, a representação da categoria recebe a carga simbólica total de violência, cuja veiculação vai funcionar como uma orientação da opinião pública e pressão sobre os grevistas, terminando a greve. Nem sempre esta transformação aparece de forma clara e definida. Em geral a violência da realidade que perpassa também os artigos, os textos, informações, fotos e imagens é menos um fenómeno que se declara de forma diretamente observável e mensurável e mais um clima, uma atmosfera gerada por um conjunto de símbolos e representações que se ligam em cadeia de forma que já perderam de vista sua referência original de significação.

Os argumentos de Lipovetsky⁹ explicam bem esta presença da violência nas representações. A difusão da violência pelos media, em si, pode ser caracterizada como um tipo “hard” de violência, desenraizada de suas referências históricas e culturais, preponderantemente ligada ao presente e à personalização da sociedade de consumo. Esta violência parece se instalar no interior da ordem social, na medida em que se torna funcional. Contrapondo-se a Elias¹⁰, o autor defende que, o abrandamento progressivo da violência das condutas morais “l’adoucissement des moeurs” não pode ser explicado somente pela centralização estatal. O processo de individualização e de desocialização das sociedades de consumo e de comunicação modernas seriam também os vetores desta mudança no comportamento ocidental, a partir do qual a violência não estaria

⁹ LIPOVETSKY, Gilles. (1983) *L'Ère du vide, essais sur l'individualisme contemporain*. Paris, Gallimard.

desaparecendo progressivamente da sociedade como um todo, mas recuando entre os incluídos, os que participam do mercado de consumo, e ao mesmo tempo crescendo entre os excluídos, os imigrantes, os jovens desempregados, os pobres assim como nos médias populares. Nas nossas sociedades a representação da violência se tornou mais radical do que a violência real. A representação da violência tornou-se “hard” em oposição à violência real “cool” do mercado de consumo. A violência como elemento representacional nos media é um valor negativo, ligado à conduta das classes populares, da pobreza e da miséria. “A violência se marginalizou” (LIPOVETSKY, 1983: 313) no real e se hipostasiou nos media, como um elemento planetário de diferenciação dentro do conjunto das representações dos grupos de consumo.

Na medida em que os jornais impressos deslocam a atribuição da violência a um grupo ou a outro, ela contrói e desconstrói identidades mediáticas legítimas e dignas de aceitação ou ilegítimas porque violentas e também marginais e excluídas. Neste sentido é mais perceptível o papel de “gerador de representações políticas” dos media nos jornais do que nas novelas da televisão. No horário nobre da televisão aberta a violência “hard” está mais centralizada em alguns programas específicos como o “Linha Direta” da Globo, nos filmes, ou em canais de grande audiência popular como o SBT ou a Record. Nas novelas a violência diminui a audiência. A novela “Torre de Babel” teve um primeiro capítulo extremamente carregado de violência, inclusive com cenas de assassinato. Este fato comprometeu a audiência da novela até o fim, comprovando o fato de que, nas novelas a violência “hard” não é tolerada.

¹⁰ ELIAS, Norbert. (1975) *La dynamique de l'occident*. Paris, Calmann-Lévy.

Considerações Finais

Visto de fora, o novo papel dos media na formação, transformação e permanência das identidades políticas parece oferecer uma abertura para a democracia pluralista. Se observarmos do exterior, pela perspectiva da renovação da organização das empresas de comunicação, constataremos a abertura do mercado aos alternativos, um crescimento da distribuição da tecnologia e das concessões a grupos que não tinham acesso ao controle nas organizações anteriores. Do ponto de vista da propriedade dos meios de comunicação, veremos a conglomeração dos mercados nacionais e a ampliação da circulação de produtos culturais entre os países, e entre o local e o global. Este fato também indica aumento de possibilidades de representação, identificação e expressão pessoal e grupal através dos media. Confirma-se a idéia de Mac Luhan segundo a qual o meio é a mensagem, e a função: mais tecnologia, mais capital é igual a mais liberdade.

Por outro lado, se observarmos esta relação a partir de uma perspectiva interna, ou seja, a partir do conteúdo das mensagens, veremos surgir uma enorme complexidade. No caso da televisão, a função política das significações e valores de sexualidade utilizados varia não só segundo o tipo de audiência, mas também segundo o tipo de narrativa, e de temas utilizados, embora a referência de base seja a escala de valores morais válida para a pesquisa publicitária e de audiência. Se nas novelas a violência fica difusa, nas notícias ela se apresenta mais definida, funcionando, na narrativa do apresentador e do repórter, como modelo de orientação subjetiva para as identificações grupais. Estas referências surgem de maneira diferenciada na programação e são processadas através de mecanismos ainda mais complexos pelo público. Existe absorção passiva, mas também negociação, reconstrução, questionamento de afirmativas simbólicas e de significações. No universo subjetivo do conteúdo das mensagens e das interpretações há ao mesmo tempo negociação e prisão aos simulacros, de forma que a mensagem não pode ser reduzida ao meio.

BIBLIOGRAFIA

1. ALEXANDER, Jeffrey C. (1998), “Ação coletiva, cultura e sociedade civil – secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13, 17: 5-31.
2. BAUDRILLARD, Jean. (1981), *Simulacres et simulations*. Paris, Galilée.
3. CANCLÍNI, Nestor Garcia. (1995), *Consumidores e cidadãos, conflitos multiculturais da globalização*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
4. COSTA, Sérgio. (1996), “Contextos da construção do espaço público no Brasil”. XX Encontro da Anpocs, GT 2 – Cultura e Política.
5. ELIAS, Norbert. (1975), *La dynamique de l'occident*. Paris, Calmann-Lévy.
6. FIGUEIREDO, Rubens. (1996), *O que é opinião pública*. SP, Brasiliense.
7. HARVEY, David. (1992), *Condição pós-moderna*. São Paulo, Edições Loyola.
8. JAMESON, Fredric. (1997), *Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo, Ática
9. JOVCHELOVITCH, Sandra. (1995), “Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais”. in Guareschi e Jovchelovitch (orgs.), *Textos em representações sociais*. Petrópolis, Vozes.
10. JUNQUEIRA, Lília. (1995), *Le pouvoir du téléspectateur: une étude sur l'interprétation des messages télévisuels qui font les jeunes des classes sociales brésiliennes*. Tese de doutorado. Université Paris VII Denis-Diderot, datilo.
11. LIMA, Venício. (1994), “Televisão e poder: a hipótese do ‘cenário de representação da política’(CR-P)”. *Revista Comunicação e Política*, 1, 1: 5- 22.
12. LIPOVETSKY, Gilles. (1983), *L'Ère du vide, essais sur l'individualisme contemporain*. Paris, Gallimard.
13. ORTIZ, Renato. (1998), *Mundialização e cultura*. São Paulo, Brasiliense.
14. WOLTON, Dominique . (1990), *Eloge du grand public, une théorie critique de la télévision*, Flammarion, Paris.

Periódicos

Jornal O Diário de Pernambuco – Todos os números do mês de julho/97

Jornal Jornal do Comércio – Todos os números do mês de julho/97

Folha de São Paulo – Os números dos domingos do mês de julho/97

- Caderno Mais de 12 de Abril de 1998.

XXIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
Outubro de 1999

TÍTULO DO TRABALHO:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, IDENTIFICAÇÃO E
CIDADANIA NOS MEDIA
Sexualidade nas novelas e violência nos jornais

GT 08 MÍDIA, OPINIÃO PÚBLICA E ELEIÇÕES

SESSÃO 2

LÍLIA MARIA JUNQUEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

